

**Entre a fé e a crítica: a trajetória institucional do curso de Filosofia da
PUC Minas (1942–2025)**

**Between faith and critique: the institutional trajectory of the
Philosophy program at PUC Minas (1942–2025)**

Miguel Vitor de Araújo Vieira¹

Julia Calvo²

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1269>

Resumo

Este artigo analisa a trajetória institucional do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), no período de 1942 aos dias atuais, considerando seus marcos fundadores, as transformações administrativas e curriculares e os contextos políticos e educacionais que influenciaram sua consolidação. A investigação parte de uma abordagem histórico-analítica, baseada em fontes documentais, entrevistas com docentes e revisão bibliográfica. Busca-se compreender como o curso, fundado no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, desenvolveu-se dentro de uma universidade confessional, atravessando diferentes conjunturas do ensino superior no Brasil. São examinados os impactos das reformas educacionais e das mudanças institucionais internas na configuração do Departamento de Filosofia, bem como os sentidos atribuídos à formação filosófica nesse contexto. A pesquisa contribui para o campo da história das instituições educacionais ao destacar os processos de adaptação, permanência e reorganização de um curso vinculado a um projeto formativo específico, em diálogo com as exigências acadêmicas e políticas do período estudado.

Palavras-chave: PUC Minas. Filosofia. Ensino Superior. História Institucional. Universidade Confessional.

¹ Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6056-5019>. E-mail: miguelaraujovieira47@gmail.com.

² Professora e coordenadora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4663-2970>. E-mail: juliacalvo1@gmail.com.

Abstract

This article analyzes the institutional trajectory of the Department of Philosophy at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas) from 1942 to the present, considering its founding milestones, administrative and curricular transformations, and the political and educational contexts that influenced its consolidation. The investigation adopts a historical-analytical approach, based on documentary sources, interviews with faculty members, and bibliographic review. The study seeks to understand how the program, founded within the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters Santa Maria, developed within a confessional university, navigating various configurations of Brazilian higher education. It examines the impacts of educational reforms and internal institutional changes on the structure of the Philosophy Department, as well as the meanings attributed to philosophical education in this context. This research contributes to the field of the history of educational institutions by highlighting the processes of adaptation, continuity, and reorganization of a program linked to a specific formative project, in dialogue with the academic and political demands of the period under study.

Keywords: PUC Minas. Philosophy. Higher Education. Institutional History. Confessional University.

Introdução

A trajetória institucional de um departamento universitário é, frequentemente, a expressão mais visível das tensões, permanências e transformações vividas por uma instituição ao longo do tempo. No caso do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) essa história é especialmente reveladora, pois articula desde sua origem a presença da tradição católica no ensino superior com a constituição de uma cultura filosófica orientada pela pluralidade teórica e pelo espírito crítico.

Trata-se, portanto, de uma história entrelaçada com outras narrativas: a da cidade de Belo Horizonte, a da própria Universidade e, de maneira mais ampla, a da formação intelectual e humanista no Brasil contemporâneo. É também a história de sujeitos concretos que, a partir de suas vivências no tempo e no espaço da Instituição, ajudam a reconstruir e dar sentido a essa trajetória. A proposta deste trabalho nasceu do desejo de revisitar essas múltiplas camadas históricas por meio de uma abordagem que combina fontes documentais e memoriais.

Narrar a trajetória institucional de um segmento não é um exercício individual nem linear; é sempre coletivo, processual e repleto de disputas simbólicas. Refletir sobre o Curso de Filosofia da PUC Minas é também refletir sobre os modos como a

sociedade brasileira, em diferentes momentos, compreendeu o papel das humanidades na formação acadêmica e cidadã. O título deste trabalho, ‘Entre a Fé e a Crítica’, sintetiza o percurso interpretativo adotado: um caminho que busca compreender como os compromissos iniciais com a formação espiritual e religiosa dialogam, tensionam-se e, por vezes, se transformaram diante das exigências contemporâneas de uma formação crítica e plural.

Se, em sua origem, o curso respondia à demanda da Igreja por uma formação filosófica voltada à constituição de uma elite católica, ancorada na criação do Seminário e nas expectativas educacionais da capital mineira, ao longo das décadas ele se viu convocado a reinventar seus fundamentos, sobretudo a partir das transformações político-sociais no Brasil. Sua função inicial, centrada na formação religiosa, foi sendo gradualmente ressignificada para assumir um lugar de destaque na formação ética, humanista e reflexiva, em consonância com os princípios mais amplos da missão da PUC Minas no cenário atual.

O curso de Filosofia da PUC Minas tem origem na década de 1940, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria (FFCLSM), fundada pelas Irmãs do Santo Rosário. Sua criação refletia o esforço da Igreja Católica em preservar e ampliar sua influência sobre a formação intelectual, em resposta à crescente laicização do ensino público desde a proclamação da República. Essa iniciativa inscreve-se em um movimento mais amplo de reconfiguração do ensino superior brasileiro durante o Estado Novo, impulsionado por reformas como as promovidas por Gustavo Capanema, e alinhava-se à estratégia eclesial de formação de uma elite intelectual católica capaz de disputar hegemonia simbólica com os modelos formativos inspirados pelo positivismo e pela tecnocracia emergente.

Em instituições confessionais como a FFCLSM e, posteriormente, a PUC Minas, a Filosofia ocupava um lugar ambivalente: fundamento da formação moral e espiritual e, ao mesmo tempo, espaço de interlocução com a crítica moderna e as ciências humanas. Essa tensão se aprofundou durante a Ditadura Civil-Militar (1964–1985), quando a Filosofia foi simultaneamente vigiada por seu potencial contestatório e valorizada como campo de resistência, especialmente em universidades católicas que acolheram docentes perseguidos e mantiveram práticas pedagógicas contra-hegemônicas.

A trajetória do Departamento de Filosofia da PUC Minas expressa, assim, os dilemas e reconfigurações do ensino superior no Brasil. A criação do Instituto Central de Filosofia e Teologia em 1966, e mais tarde do Centro de Ciências Humanas em 1978, evidenciam o esforço da universidade em conciliar seu legado religioso com as exigências de modernização acadêmica trazidas pela LDB de 1961 e pela Reforma Universitária de 1968. Com a redemocratização e a Constituição de 1988, fortaleceu-se o espaço para as humanidades, mas a década de 1990 impôs novos desafios com a mercantilização do ensino e a valorização da lógica produtivista. Cursos como Filosofia passaram a ser pressionados a justificar sua relevância diante de critérios econômicos e institucionais, especialmente com o avanço da lógica de mercado no ensino superior a partir da década de 1990. Esse cenário se intensificou nas décadas seguintes, com a expansão das diretrizes voltadas à empregabilidade, à tecnificação e à mensuração de resultados.

É nesse contexto que o presente artigo se propõe a analisar a trajetória institucional do Departamento de Filosofia, investigando seus marcos fundadores, principais inflexões administrativas, transformações curriculares e disputas simbólicas. Pretende-se compreender como um curso inicialmente concebido como base da formação docente e teológica foi se transformando em espaço de crítica filosófica, de diálogo interdisciplinar e de resistência institucional.

Para alcançar esse objetivo, adota-se uma abordagem metodológica que combina análise documental, entrevistas com docentes e revisão bibliográfica. Nesse sentido, o artigo organiza-se em três momentos analíticos. O primeiro trata das origens do curso de Filosofia na Faculdade Santa Maria, destacando a atuação das religiosas e o projeto confessional de formação. O segundo examina o processo de institucionalização do Departamento de Filosofia no interior da PUC Minas, com ênfase nos efeitos das reformas educacionais e das mudanças políticas. O terceiro aborda os desafios contemporâneos, especialmente os da década de 1990, refletindo sobre a permanência da tradição filosófica e os caminhos de sua reinvenção. Ao reconstituir essa trajetória, o artigo visa contribuir com os estudos sobre história das instituições educacionais e reafirmar a Filosofia como campo formativo essencial à construção de sujeitos críticos, éticos e socialmente comprometidos.

As origens da formação filosófica na PUC Minas: a faculdade “Santa Maria” (1942–1958)

A origem do Departamento de Filosofia da PUC Minas remonta à década de 1940, momento em que o Brasil passava por um processo de organização do sistema universitário nacional. À época, o ensino superior brasileiro era constituído majoritariamente por faculdades isoladas, voltadas à formação de profissionais liberais, especialmente das elites urbanas. A partir da Constituição de 1934 e do Decreto-Lei nº 421, de 1938, no contexto do Estado Novo, foram estabelecidos os primeiros marcos regulatórios para a estruturação universitária e para o controle estatal sobre instituições privadas. Minas Gerais, nesse período, experimentava um acelerado processo de urbanização e de expansão da educação secundária e técnica, sobretudo em Belo Horizonte, que já despontava como pólo intelectual em formação.

Além disso, o Estado Novo (1937–1945), regime autoritário liderado por Getúlio Vargas, centralizou o controle da educação como instrumento de unificação nacional e construção ideológica do Estado. A figura de Gustavo Capanema, ministro da Educação entre 1934 e 1945, foi central nesse processo, implementando uma política cultural que buscava aproximar intelectuais do governo e organizar o ensino em moldes mais rígidos e nacionalistas (Miceli, 2001). A Criação da Faculdade Santa Maria correspondeu a modernização vivenciada na em Belo Horizonte que compreende a construção do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, o fortalecimento do Instituto de Educação e a emergência de novos cursos secundários indicavam uma cidade em expansão educacional e cultural, sintonizada com os projetos modernizadores do Estado.

Nesse cenário a Igreja Católica assume a ação transformadora diante da modernização, criando instituições confessionais com o objetivo de formar quadros intelectuais e disputar hegemonia simbólica no campo da educação (Saviani, 2008). Essas iniciativas visavam oferecer uma alternativa ao pensamento positivista dominante em muitas universidades públicas, sobretudo na área de ciências sociais e jurídicas, e resgatar o papel da fé cristã na formação de lideranças sociais e políticas.

A criação da FFCLSM, em 1942, pelas Irmãs do Santo Rosário, insere-se nesse movimento. A congregação, de inspiração dominicana, já atuava na educação secundária e ampliou sua missão com a proposta de formação superior voltada às

mulheres, particularmente aquelas oriundas das elites urbanas de Belo Horizonte (Luz, 2023). Essa atuação não era isolada: refletia um projeto institucional mais amplo da Igreja de recuperar espaço educacional após a separação entre Igreja e Estado, formalizada na Constituição de 1891.

Os estatutos da Sociedade do Santo Rosário de 1904 (CMPH, 1904) demonstram a centralidade da educação feminina nesse projeto, destacando que os colégios eram destinados a “moças pertencentes às famílias abastadas do país”. Esse recorte social evidencia a aposta em uma educação voltada para a formação de uma elite católica letrada, destinada a ocupar funções de liderança em instituições públicas e privadas. É também relevante observar que os estatutos vedavam o uso da Sociedade para fins comerciais, reafirmando o caráter confessional e missionário da iniciativa (Luz, 2023).

A proposta formal de criação da Faculdade foi apresentada ao Ministro Gustavo Capanema em julho de 1941, mas foi inicialmente recusada pelo Conselho Nacional de Educação em abril de 1942 (CMPH, 1942a). As razões foram: fragilidade documental, limitações legais dos estatutos e ausência de comprovação da titulação de parte do corpo docente. Esse episódio revela as dificuldades enfrentadas por instituições confessionais diante da crescente burocratização e exigência técnica por parte do Estado, que buscava estabelecer critérios mínimos de qualidade para o ensino superior, sem deixar de exercer controle sobre iniciativas não estatais em um momento de centralização política promovido pelo Estado Novo.

Após tentativas anteriores frustradas, a Sociedade do Santo Rosário investiu em um novo esforço junto ao Ministério da Educação e Saúde, reforçando a consistência de sua proposta. Desta vez, apresentou uma documentação mais robusta, incluindo um balanço financeiro detalhado e um mapeamento curricular completo dos docentes, com destaque para a qualificação acadêmica da maioria. Essa iniciativa procurou refletir um compromisso com a legalidade, assim como, com a qualidade pedagógica da futura instituição. Assim sendo, a resposta das autoridades federais foi positiva. Em outubro de 1942, a Comissão de Ensino Superior emitiu parecer favorável à implantação da Faculdade em Belo Horizonte, sob a responsabilidade da Sociedade do Santo Rosário. O projeto previa cursos nas áreas de Filosofia, História, Geografia, Letras e Pedagogia, alinhando-se às diretrizes educacionais da época e aos interesses da sociedade mantenedora (CMPH, 1942b). Poucos meses depois, o presidente Getúlio Vargas

formalizou a autorização por meio do Decreto nº 11.120, datado de 4 de janeiro de 1943, consolidando juridicamente a fundação da instituição (Luz, 2023).

A Filosofia, desde o início, desempenhou papel fundamental no projeto da Faculdade. Era simultaneamente base epistemológica dos demais cursos e pilar da formação docente e seminarística. Sua orientação neotomista buscava resistir às correntes laicas e materialistas da educação pública. Conforme Cunha (2007), tratava-se de um modelo pensado para formar uma *intelligentsia* católica capaz de atuar na vida pública com fundamentação filosófica e moral.

A direção da Faculdade ficou a cargo da Irmã Maria Alberto Veras. O funcionamento inicial ocorreu no Colégio Santa Maria, sendo transferido, em 1949, para o Palacete Dantas. Nomes como Edgard de Godói da Matta Machado, Henriqueta Lisboa e Tabajara Pedroso integravam o corpo docente, conferindo à instituição prestígio intelectual e reconhecimento nos meios acadêmicos e literários mineiros (Luz, 2023). Esse corpo docente era composto por intelectuais com formação sólida, muitos deles vinculados à vida cultural de Minas Gerais, especialmente à capital, então marcada pelo florescimento de centros acadêmicos e artísticos em torno da Praça da Liberdade e do Instituto de Educação.

Durante a década de 1950, o cenário nacional passou por rápidas transformações sociais e econômicas, impulsionadas pela proposta desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), cujo lema “cinquenta anos em cinco” visava acelerar a industrialização e a modernização da infraestrutura do país. Essa conjuntura impactou também o campo da educação superior, com o surgimento de novas instituições e a reorganização de cursos para atender às demandas da modernização técnica e administrativa do Estado. Em Minas Gerais, a presença de JK como ex-governador e político influente reforçava o prestígio da capital, Belo Horizonte, como centro de formulação de projetos educacionais e culturais. Essa atmosfera favoreceu, direta ou indiretamente, iniciativas privadas e confessionais como a da Sociedade Mineira de Cultura, que buscavam consolidar espaços acadêmicos próprios em meio ao avanço do ensino técnico e à crescente burocratização das universidades públicas.

A análise dos dados referentes ao curso de Filosofia entre os anos de 1943 e 1950 revela um panorama de baixa adesão estudantil, que impactou diretamente a sustentabilidade da instituição e a configuração de sua oferta acadêmica. Em 1943, apenas 2 candidatas optaram por este curso (CMPH, 1943), o que já indicava uma

procura muito limitada, especialmente quando comparada a cursos como Geografia e História e Letras Neolatinas, com 15 candidatas cada. A situação se agravou em 1945, quando houve apenas uma matrícula no curso de Filosofia, levando a instituição a uma situação de quase inviabilidade financeira, sendo necessário o custeio quase exclusivo das despesas pela Sociedade do Santo Rosário (CMPH, 1945). Em 1946, houve uma leve recuperação, com 4 estudantes admitidas no curso (CMPH, 1946), mas no ano seguinte o número voltou a cair para 2 estudantes (CMPH, 1947), revelando uma oscilação que não garantia estabilidade à formação filosófica.

Apenas em 1950 se observa um incremento mais substancial na procura: 9 estudantes prestaram vestibular para Filosofia, número que, ainda que modesto, representava mais do que o total de ingressantes de anos anteriores somados (CMPH, 1950a). Este aumento é atribuído à abertura da faculdade a estudantes do sexo masculino e à diversificação de cursos, o que ampliou o alcance da instituição e sinalizou uma tentativa de superação do quadro anterior de estagnação. Mesmo assim, as 43 matrículas ativas em 1950, considerando todos os cursos e veteranos (CMPH, 1950b), demonstram que o desafio da consolidação acadêmica e da atração de estudantes ainda persistia. O curso de Filosofia, em particular, parece ter enfrentado uma combinação de fatores adversos: baixa demanda social, dificuldades financeiras institucionais e a lenta expansão do acesso ao ensino superior. Esses dados permitem compreender tanto as limitações estruturais do período quanto às estratégias de sobrevivência das instituições educacionais voltadas à formação intelectual e docente no Brasil do pós-guerra.

Apesar da baixa adesão, o curso era tratado como parte essencial da estrutura universitária planejada. A ata de 14 de julho de 1949 (CMPH, 1949a) evidencia que a ideia de um “Instituto de Filosofia e Teologia” era central para o projeto de universidade católica, sendo essa estrutura considerada o “gérmen” da futura instituição universitária. Ainda em 1949, uma ata de 5 de outubro (CMPH, 1949b) ressalta que, para Dom Cabral, a Filosofia cristã deveria reagir contra a filosofia agnóstica e tecnocrática, o que reforça a concepção de que a Filosofia desempenharia um papel ideológico e formador central. O discurso proferido pelo professor Aires na cerimônia inaugural do curso de Filosofia, em 1952 (CMPH, 1952), destaca a importância da Filosofia para a identidade católica da instituição, considerando-a um pilar da missão educacional da Universidade.

A cerimônia de incorporação da FFCLSM à Sociedade Mineira de Cultura, noticiada por *O Diário* em 1949, simboliza outro marco institucional na criação da futura Universidade Católica de Minas Gerais, assim como, a expressão concreta de um projeto educacional com forte viés elitista e confessional. A exaltação do evento, descrito como obra de “transcendental relevo” (CMPH, 1949a), revela o engajamento das elites católicas da capital mineira na construção de uma universidade que articulava fé, prestígio e formação de lideranças. Realizada no Palacete Dantas, espaço simbólico de distinção social, a cerimônia conferiu solenidade à transferência da Faculdade, enquanto os discursos ali proferidos reforçaram tanto o protagonismo de Dom Cabral quanto a missão evangelizadora da instituição. José Altimiras, ao classificar a Faculdade como “pedra angular” da nova universidade, traça um paralelo entre o esforço local e o “milagre de São Francisco” (CMPH, 1949a), valorizando a iniciativa como expressão da providência divina diante de recursos escassos. Já as palavras do diretor Pe. Orlando Machado escancaram a concepção restritiva do projeto, ao afirmar que o problema das universidades “é o das elites, não o das classes” (CMPH, 1949a), legitimando uma formação orientada à construção de quadros dirigentes e não à democratização do saber. A defesa da ciência, da técnica e da filosofia “com Deus” (CMPH, 1949a), longe de ser apenas uma profissão de fé, afirma um modelo educacional onde o saber só se legitima se submetido à doutrina católica, expressando com nitidez os contornos ideológicos e sociais desse momento fundador.

Com a transferência da Faculdade para o Palacete Dantas, em 1949, inaugura-se um período de consolidação simbólica e institucional. Goulart (2023, p. 12) ressalta o valor simbólico do espaço, cuja arquitetura clássica reforçava o ambiente intelectual e favorecia a convivência entre professores e estudantes, algo facilitado também pelo número ainda reduzido. Em contrapartida, a ata de 27 de novembro de 1951 (CMPH, 1951) revela o clima político-ideológico presente no ambiente universitário, especialmente entre os alunos de Filosofia. O documento menciona debates no Conselho Técnico Administrativo sobre o envolvimento dos estudantes em “questões políticas”, com discussões polarizadas entre uma orientação liberal e pró-Estados Unidos e outra mais crítica, com simpatias nacionalistas ou alinhadas à esquerda. Essa polarização ideológica mostra que, apesar de pequeno, o curso de Filosofia era um espaço ativo de debate e formação crítica, tensionado pelas disputas da Guerra Fria.

Em 1948, sob a iniciativa do Arcebispo Metropolitano Dom Antônio dos Santos Cabral, foi criada a Sociedade Mineira de Cultura, cuja missão era fundar, administrar e supervisionar as faculdades e institutos que, posteriormente, formariam a Universidade Católica de Minas Gerais. Nesse contexto, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria foi incorporada ao projeto e, em 1949, passou a funcionar no prédio conhecido como Palacete Dantas, situado na Praça da Liberdade, nº 317. A instituição permaneceu neste endereço até 1963, quando mudou sua sede para o Edifício Dom Cabral, localizado na Avenida Brasil, nº 2023, também nas proximidades da Praça da Liberdade. Em 1970, ocorreu uma nova transferência para o campus recém-inaugurado da UCMG, no bairro Coração Eucarístico. Nesta ocasião, a faculdade passou a se chamar Faculdade de Ciências Humanas, englobando os cursos de Pedagogia, Letras, História e Geografia (PUC Minas, 2024).

A fala do professor Aires, registrada em documento de 1952 (CMPH, 1952), revela a percepção, entre os docentes, de que a Faculdade de Filosofia possuía um papel fundacional no projeto da Universidade Católica de Minas Gerais, funcionando como núcleo irradiador da formação cristã e humanista que sustentaria a identidade confessional da futura universidade, que deveria ter um Instituto específico de Filosofia e Teologia. Essa importância simbólica, no entanto, não encontrava correspondência no apoio concreto oferecido pela Sociedade Mineira de Cultura, que, apesar de exaltar o valor da formação filosófica, não assegurava os meios necessários para sua manutenção. A contradição torna-se evidente na reunião da Congregação da Faculdade, em 15 de março de 1953, quando o professor Oscar Mendes Guimarães aponta a impossibilidade financeira de sustentar cursos com apenas um ou dois alunos (CMPH, 1953), mesmo diante da promessa de Dom Cabral de manter os cursos em funcionamento independentemente do número de estudantes. Tal cenário explicita o dilema entre o discurso institucional que coloca a Filosofia como alma mater da universidade e a prática administrativa que negligencia sua sustentação material, refletindo as tensões entre o ideal confessional e as limitações impostas pela gestão dos recursos.

Nesse sentido, o papel da confessionalidade católica, fortemente sublinhado nos pareceres oficiais da época, surge como uma estratégia discursiva central para justificar a existência e a continuidade da instituição, mesmo diante de suas deficiências materiais. Relatórios como os de Afonso Silviano Brandão e José Albano de Moraes insistem na missão superior da Faculdade: formar uma elite intelectual e docente

voltada para a difusão dos valores cristãos, em sintonia com as tradições religiosas do povo mineiro. O argumento da missão espiritual, que ultrapassa a lógica financeira, funcionava como fator legitimador da proposta pedagógica da Faculdade, e é nesse contexto que se insere a primeira década do curso de Filosofia.

Do ponto de vista institucional, o período de 1940 a 1958 representa a fase de maturação e afirmação da Faculdade Santa Maria, ainda desvinculada da futura estrutura universitária, marcada por um esforço contínuo de consolidação junto aos órgãos do Estado, protagonismo feminino, pela ampliação da oferta de cursos e pela construção de uma identidade acadêmica própria, na qual o curso de Filosofia ocupava papel central como espaço voltado à formação docente, mas também à reflexão crítica, ao estudo da lógica, da ética e da ontologia, conforme os currículos da época evidenciam. A transição da Faculdade Santa Maria para a futura Universidade Católica de Minas Gerais, efetivada em 1958, consolidou esse processo e reforçou a tradição filosófica que, desde os primeiros anos, contribuiu decisivamente para a formação do ethos acadêmico da instituição, cuja identidade permanece marcada por sua origem confessional, humanista e intelectualmente comprometida. Assim, o intervalo entre 1942 e 1958 constitui uma etapa fundacional decisiva na história da formação filosófica na PUC Minas.

A trajetória institucional do curso e do Departamento de Filosofia da PUC Minas (1958–2000): entre o projeto católico e a crítica filosófica

A criação da Universidade Católica de Minas Gerais, em 1958, foi um marco institucional significativo que consolidou um projeto educacional forjado a partir da década de 1940, quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria (FFCL) começou a operar sob a liderança das Irmãs Dominicanas do Colégio Santa Maria. Esta fundação foi, desde o início, atravessada por um ethos humanista cristão que se enraizava na tradição católica de ensino, mas que não esteve imune às transformações epistemológicas, políticas e sociais em curso no Brasil e no mundo ao longo da segunda metade do século XX. Em 1966, com a criação do Instituto Central de Filosofia e Teologia, o curso de Filosofia passa a ser integrado mais diretamente à estrutura universitária, o que reposiciona o seu papel institucional ao mesmo tempo em que evidencia sua vinculação com o ensino teológico e com a formação de seminaristas.

Este processo institucional não ocorreu em vácuo, mas em consonância com os eventos históricos de grande magnitude que moldavam o Brasil e a Igreja Católica. O país vivia os impactos da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 4.024/61), que estabeleceu um marco legal importante para a organização do sistema de ensino brasileiro, introduzindo o princípio da articulação entre ensino médio e superior, e defendendo a coexistência entre instituições públicas e privadas. Ao mesmo tempo, o golpe civil-militar de 1964 inaugurou um regime autoritário que afetou profundamente a universidade brasileira. O controle ideológico, os expurgos de professores e a repressão a estudantes reconfiguram a universidade como um campo de disputa simbólica e material, onde a Filosofia, por seu teor reflexivo e crítico, torna-se alvo de particular vigilância.

É nesse contexto que a criação do Instituto Central de Filosofia e Teologia na PUC Minas pode ser interpretada como tentativa de institucionalizar a Filosofia em moldes compatíveis com o projeto educacional da Igreja, sem abrir mão de sua função tradicional de reflexão crítica. Conforme argumenta Goulart (2023), a relação entre Filosofia e Teologia na universidade católica mineira era complexa: ao mesmo tempo em que o curso de Filosofia servia como base formativa para os seminaristas e estava sujeito à ortodoxia doutrinária, também era espaço de pensamento autônomo e, por vezes, subversivo. Essa tensão reflete uma ambiguidade mais ampla vivida pelas universidades católicas durante a Ditadura Civil Militar: algumas delas se tornaram refúgios para intelectuais perseguidos, como no caso de Henrique Cláudio de Lima Vaz, ao passo que também foram espaços de controle disciplinar exercidos pelos próprios gestores eclesiais.

A origem do Instituto remonta à mobilização de congregações religiosas reunidas em 1965, por meio da Conferência dos Religiosos do Brasil, Seção Belo Horizonte, que aprovaram com entusiasmo a proposta de criação de um centro de estudos voltado à Filosofia e à Teologia. A institucionalização dos cursos em 1966, seguida da fundação oficial do Instituto no ano seguinte, foi um movimento decisivo que procurava articular, no interior da PUC Minas, uma formação voltada não apenas à preparação do clero, mas também ao diálogo com os desafios éticos, sociais e culturais da sociedade brasileira. A presença de figuras como os padres Alberto Antoniazzi, Sérgio Palombo e Estanislau Bartholdy à frente dessa iniciativa revelou um

compromisso com a constituição de um espaço que unisse excelência acadêmica e missão pastoral (Oliveira, 2009).

O Instituto rapidamente se tornou um polo de inovação teológica e filosófica, dando origem a experiências formativas marcadas pela pluralidade de vozes e pelo ecumenismo, num momento em que os ventos do Concílio Vaticano II começavam a reconfigurar o pensamento eclesial em todo o mundo. A atuação do Instituto não se restringia à sala de aula: ele produzia conhecimento, por meio da revista *Atualização*, que promovia debates intercongregacional e alimentava o surgimento de organizações como a Associação de Teólogos e a Organização dos Seminários e Institutos de Filosofia e Teologia do Brasil, ambas com participação ativa do padre Antoniazzi (Oliveira, 2009).

A formação proporcionada por esse núcleo integrador ultrapassava os limites do currículo formal. O Instituto se tornou um espaço de crítica e de atualização da Cultura Religiosa, transformando a disciplina obrigatória em terreno fecundo para o debate sobre questões sociais, econômicas, políticas e espirituais. Com isso, consolidou-se como lugar estratégico na construção de uma universidade católica sintonizada com os dilemas do tempo presente, que buscava superar a rigidez doutrinária sem romper com seus fundamentos teológicos.

Além disso, a trajetória de Alberto Antoniazzi como coordenador de ensino do Instituto e posteriormente como Pró-Reitor de Graduação e Vice-Reitor da Universidade, demonstra como a atuação filosófica e pastoral puderam se entrelaçar com a gestão acadêmica, indicando uma tentativa de instituir uma “mentalidade universitária” que buscasse superar o positivismo técnico e afirmar a colaboração entre fé e razão como eixo estruturante da formação (Oliveira, 2009).

Essa inflexão histórica reforça a leitura de que o período entre os anos 1960 e 1980 foi, para o Departamento de Filosofia da PUC Minas, uma etapa de experimentações e rearticulações. A formação filosófica deixou de ser apenas um espaço de reprodução da tradição neotomista para se tornar também um campo de reflexão crítica que buscava responder aos desafios da sociedade brasileira em transformação. O Instituto Central de Filosofia e Teologia, nesse processo, funcionou como uma ponte entre a fidelidade à missão confessional e a abertura ao pensamento contemporâneo, tensionando os limites do possível em um ambiente universitário que se queria, ao mesmo tempo, fiel à Igreja e atento aos sinais dos tempos.

Em nível internacional, este período foi marcado pela efervescência de movimentos sociais, culturais e religiosos que impactaram diretamente o ethos universitário e filosófico latino-americano. O Concílio Vaticano II (1962–1965) representa uma inflexão fundamental na Igreja Católica, com a valorização do diálogo inter-religioso, da modernização litúrgica e da inserção no mundo contemporâneo. Essa abertura teológica ressoa fortemente na América Latina com a Conferência de Medellín (1968), que explicita a “opção preferencial pelos pobres” e prepara o terreno para a Teologia da Libertação. Ainda que a alta hierarquia da PUC Minas fosse relativamente conservadora, essas ideias provocaram fissuras e debates internos que não deixaram a Filosofia incólume. O curso, mesmo sob vigilância, se transforma em um espaço ambivalente de formação e contestação, participando, direta ou indiretamente, das transformações culturais e políticas do período.

A Reforma Universitária de 1968, promulgada pelo regime militar, também exerceu forte influência sobre a estrutura da PUC Minas. Inspirada em modelos norte-americanos e racionalistas, a reforma visava à modernização administrativa e à ampliação do acesso ao ensino superior, mas ao custo da centralização das decisões, da limitação da autonomia docente e da imposição de um modelo departamental tecnocrático. A implantação dessa reforma na PUC, em 1978, com a criação do Centro de Ciências Humanas e do Departamento de Filosofia e Teologia, representou um ponto de inflexão. Embora a departamentalização abrisse a possibilidade de maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na prática, como aponta Cunha (2007), essa integração era dificultada pelas hierarquias internas e pela prioridade dada a cursos mais profissionalizantes ou alinhados com os interesses do mercado eclesial ou governamental.

Durante a Ditadura Civil-Militar, a Filosofia nas universidades católicas vivia sob o peso de uma ambiguidade estrutural: por um lado, encontrava proteção frente à repressão estatal em instituições que gozavam de certo prestígio religioso; por outro, era também objeto de vigilância da própria Igreja, temerosa de que a Filosofia se transformasse em veículo de doutrinação marxista ou de contestação teológica. O papel de figuras como o Pe. Henrique Cláudio de Lima Vaz, com sua crítica sistemática ao autoritarismo e sua defesa da autonomia da razão, é emblemático para compreender os limites e as possibilidades dessa atuação filosófica no seio das universidades católicas.

A década de 1980 trouxe, com a redemocratização brasileira e a promulgação da Constituição de 1988, uma nova configuração para o ensino superior. O princípio da autonomia universitária é reafirmado, e o pluralismo ideológico se consolida como valor central das instituições públicas e privadas. Em 1983, a Universidade Católica de Minas Gerais recebeu o título de Pontifícia, o que representa uma chancela vaticana, mas também pode ser interpretado como tentativa de reforçar sua identidade católica num momento de crescente pluralização cultural e filosófica. O Instituto de Ciências Humanas foi criado formalmente em 1988, o que fortaleceu a presença das humanidades e da Filosofia na estrutura da universidade.

No entanto, esse avanço institucional conviveu com um novo tipo de ameaça: a mercantilização da educação. A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, com a promulgação da nova LDB (Lei nº 9.394/96), o ensino superior privado é incentivado a expandir-se com foco em cursos de curta duração e voltados para a empregabilidade imediata. Cursos como Filosofia passaram a ser marginalizados, pois sua contribuição se dá em termos de formação crítica e cidadã, e não pela utilidade econômica direta. Cury (2002) Sobrinho (2005) alertam para o risco de que o pensamento filosófico seja reduzido a uma função decorativa ou retórica dentro de instituições cada vez mais voltadas para o mercado.

No caso específico da PUC Minas, o Departamento de Filosofia enfrentou os desafios da reconfiguração curricular, da pressão por produtividade e da exigência de inserção nos programas de pós-graduação. Ao mesmo tempo, o ambiente institucional mantinha-se ambíguo: se por um lado havia uma relativa liberdade acadêmica, por outro, os compromissos confessionais da universidade ainda limitavam certos temas e abordagens críticas. A Filosofia permaneceu, assim, como um espaço de resistência e reflexão, capaz de dialogar com as demandas contemporâneas sem perder sua identidade formativa e sua abertura para os grandes temas da existência humana.

Finalmente, é importante destacar que a história do curso e do Departamento de Filosofia da PUC Minas não pode ser compreendida apenas como reflexo das políticas educacionais ou da história da Igreja. Ela é também expressão das lutas internas do campo filosófico, das disputas por sentido no interior da universidade, das transformações do pensamento teológico latino-americano e das reconfigurações do Estado brasileiro. A trajetória da Filosofia nessa instituição revela o modo como saberes aparentemente marginalizados podem, em determinadas conjunturas, ocupar o centro da

formação crítica e do debate público, desempenhando um papel crucial na constituição de uma universidade verdadeiramente humanista.

Permanência e renovação: Filosofia na PUC Minas no século XXI

O Departamento de Filosofia da PUC Minas está atualmente vinculado ao Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Resende Costa (IFTDJ), unidade acadêmica que homenageia o segundo arcebispo de Belo Horizonte, figura central no fortalecimento da identidade católica e da vocação universitária da instituição. Reinstalado em 2010 no prédio 4, espaço de centralidade no campus Coração Eucarístico, o IFTDJ configura-se como um lugar de confluência interdisciplinar, reunindo os departamentos de Filosofia, Teologia e Ciências da Religião. A estrutura atual reafirma o compromisso histórico da Universidade com uma formação integral, ancorada no diálogo entre fé e razão e atenta às exigências éticas e sociais de uma sociedade plural e em constante transformação.

A proposta do Departamento de Filosofia articula tradição e renovação. A graduação oferecida prioriza uma formação teórica sólida e o desenvolvimento de competências críticas, preparando o estudante tanto para a pesquisa quanto para o exercício profissional em diversos contextos. O currículo organiza-se a partir de um núcleo comum, estruturado em disciplinas como Metafísica, Ética, Epistemologia, Lógica e História da Filosofia, assegurando coesão acadêmica e rigor metodológico. Além disso, o Departamento contribui com a formação de alunos de outros cursos da Universidade, ministrando disciplinas obrigatórias e optativas que fortalecem o papel da Filosofia como componente transversal na formação ética, cidadã e reflexiva.

A pesquisa constitui um dos pilares da atuação do Departamento. Os Seminários de Pesquisa em Filosofia, promovidos regularmente, funcionam como espaços de socialização de investigações em andamento, incentivando o diálogo entre docentes, discentes e egressos. A presença de grupos de pesquisa ativos, muitos deles articulados a redes nacionais e internacionais, revela a vitalidade intelectual da área. Entre os principais eixos temáticos, destacam-se: História da Filosofia, Ontologia, Hermenêutica, Ética e Política, Filosofia da Religião, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Educação.

Esses grupos contribuem não apenas para o debate acadêmico, mas também para o enfrentamento crítico das questões contemporâneas.

No campo da produção intelectual e da extensão universitária, destaca-se a revista *Sapere Aude*, vinculada ao corpo docente do Departamento e classificada como A2 na área de Filosofia pelo Qualis da CAPES. Fundada em 2010, a revista consolidou-se como espaço editorial de excelência para a publicação de trabalhos originais em língua portuguesa, acolhendo colaborações nacionais e internacionais. Além das edições regulares, *Sapere Aude* promove dossiês temáticos em parceria com instituições de pesquisa. A revista tem desempenhado papel relevante na internacionalização do Departamento e na afirmação de sua identidade acadêmica no cenário filosófico brasileiro.

No plano da formação continuada, o Departamento mantém cursos de especialização lato sensu. Essas iniciativas ampliam o alcance da formação filosófica, oferecendo oportunidades de aprofundamento teórico e atualização para egressos e interessados nas Humanidades. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão manifesta-se, assim, como eixo estruturante da atuação departamental, em consonância com os princípios da universidade católica e com a tradição humanista cristã que inspira a missão institucional da PUC Minas.

A trajetória recente do Departamento de Filosofia está, em diversos aspectos, relacionada à atuação dos professores Márcio Paiva e Ibraim Vitor, cujas experiências acadêmicas e institucionais permitem compreender as transformações pelas quais passou o curso nas últimas décadas. Ambos participaram de momentos-chave da história do Departamento, ocupando funções como a chefia departamental, a coordenação de curso e a direção de unidades acadêmicas. Em entrevistas concedidas para este artigo, compartilharam memórias, interpretações e avaliações sobre essas mudanças, enfatizando aspectos como a reformulação curricular, a organização institucional e os desafios contemporâneos da formação filosófica.

A reformulação curricular iniciada em 2001 foi mencionada como um marco decisivo. Em consonância com diretrizes do MEC e com uma concepção particular da função universitária da Filosofia, essa reformulação buscou articular docência e pesquisa, valorizar a ética acadêmica, incentivar a interdisciplinaridade e promover uma formação humanista. Na leitura de ambos os professores, esse processo teria possibilitado a atualização do curso sem comprometer sua densidade teórica,

favorecendo um ethos institucional mais sensível às exigências contemporâneas. A unificação dos turnos, anos depois, também foi destacada como estratégia de superação de uma segmentação histórica entre formações distintas, promovendo maior coesão interna.

A transferência do curso para o prédio 4, em 2010, e a criação do IFTDJ foram interpretadas como pontos de inflexão nesse processo. A maior aproximação com os departamentos de Teologia e Ciências da Religião teria promovido uma reconfiguração institucional favorável à inserção da Filosofia no conjunto da vida acadêmica da Universidade. Episódios anteriores, como a vinculação do curso ao Instituto de Ciências Humanas, foram lembrados como parte de um contexto marcado por disputas simbólicas e receios ligados ao pensamento teológico da época. Nesse sentido, a chegada de Dom Walmor Oliveira ao arcebispado, em 2004, foi pode ser observada como uma nova etapa, em que o pensamento filosófico passou a receber maior atenção institucional.

A atuação docente e a coesão do corpo de professores foram igualmente valorizadas pelos entrevistados. Ambos mencionaram esforços para preservar vínculos duradouros e garantir a qualificação acadêmica mesmo diante de contextos adversos, como cortes de orçamento ou propostas de redução de pessoal. Segundo suas percepções, essa estabilidade favoreceu a consolidação de linhas de pesquisa espontâneas e o amadurecimento organizacional do Departamento.

Entre os elementos que distinguem a proposta pedagógica atual, foi ressaltada a centralidade atribuída à linguagem. Diferentemente de modelos nacionais que estruturam os currículos em eixos sistemáticos e históricos, a Filosofia da PUC Minas incorporou disciplinas como Gramática e Filosofia, Língua Latina, Grego e análise etimológica, evidenciando a dimensão filológica do pensamento filosófico. Na avaliação de um dos professores, essa ênfase na linguagem aproxima a formação do *logos* originário da tradição clássica e tem sido positivamente reconhecida por instâncias externas de avaliação.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas foi a ampliação da presença da Filosofia em outros cursos da Universidade, como Direito, História, Psicologia, Engenharia, Medicina e Administração. Essa atuação transversal tem fortalecido o papel da disciplina na formação crítica e ética dos estudantes em áreas diversas, revelando seu potencial de contribuição para além da especialização acadêmica.

Foram mencionadas ainda questões contemporâneas, como os impactos da inteligência artificial, os dilemas éticos nos processos de avaliação e as transformações no perfil discente. A diversidade geográfica e social dos estudantes foi apontada como desafio e riqueza, exigindo constante adaptação metodológica por parte dos docentes e reforçando o caráter inclusivo e plural da formação oferecida.

A escuta das memórias docentes, permite entrever não apenas os marcos objetivos da trajetória recente do Departamento de Filosofia da PUC Minas, mas também os sentidos subjetivos que os professores atribuem a esse percurso. Suas narrativas, mesmo quando localizadas em momentos específicos de gestão ou de reorganização acadêmica, ressoam com a história mais ampla discutida neste artigo: uma história marcada por sucessivas tentativas de conciliar a herança confessional com os desafios de uma formação filosófica crítica, comprometida com a contemporaneidade. Ao revisitarem episódios como a reformulação curricular, a criação do IFTDJ em 2010 ou a inserção crescente da Filosofia em outros cursos, os entrevistados reconstroem, à sua maneira, o sentido de permanência institucional, ao mesmo tempo em que reconhecem as rupturas, tensões e reinvenções que marcaram essa trajetória.

Nesse contexto, o diálogo entre os registros históricos e os testemunhos recentes aponta para uma dinâmica institucional que não se sustenta na mera continuidade, mas na capacidade de transformação sem renúncia à identidade. A Filosofia, nesse percurso, não permaneceu imóvel nem foi dissolvida pela lógica produtivista que se impôs sobre o ensino superior nas últimas décadas. Ela se redesenhou, preservando vínculos com seu ethos fundacional, centrado na formação ética, humanista e intelectual, ao mesmo tempo em que ampliou seu campo de atuação, suas linguagens e interlocuções. Essa trajetória de permanência com reinvenção talvez seja o traço mais característico do Departamento de Filosofia da PUC Minas no século XXI: uma forma de fidelidade que não se confunde com estagnação, mas que se realiza por meio da abertura crítica, da escuta institucional e da permanente reelaboração de seus sentidos.

Conclusão

A trajetória institucional do curso e do Departamento de Filosofia da PUC Minas, revela um processo de construção que ultrapassa a simples expansão acadêmica e se insere numa complexa articulação entre identidade confessional, exigências legais e demandas internas por autonomia e inovação. O estudo demonstrou que a constituição do curso não se limitou a responder mecanicamente a pressões externas, como as reformas educacionais ou os contextos políticos autoritários, mas envolveu negociações contínuas entre atores institucionais que buscavam preservar a especificidade do projeto formativo católico sem abdicar de um espaço para a reflexão filosófica crítica. Essa dupla função, ao longo das décadas, marcou o modo como o Departamento se estruturou, articulando sua vinculação teológica com as exigências crescentes de profissionalização e cientificidade no ensino superior.

A análise evidencia que durante o regime militar, o Departamento enfrentou limitações impostas por um ambiente político repressivo, que afetou diretamente a liberdade acadêmica em todo o país, mas que a universidade católica funcionou simultaneamente como espaço de relativa proteção para alguns professores e correntes de pensamento que poderiam ser marginalizados em instituições públicas. Nesse sentido, a Filosofia na PUC Minas desempenhou um papel relevante, embora circunscrito, na manutenção de práticas pedagógicas que incorporavam elementos críticos, mesmo que alinhados a um ethos institucional conservador. A criação do Instituto Central de Filosofia e Teologia e a reorganização departamental ao longo dos anos 1970 e 1980 evidenciam tanto os limites quanto às possibilidades de adaptação institucional diante de reformas legais e pressões administrativas, sem que isso implicasse necessariamente um abandono do projeto original.

A partir da redemocratização, os desafios se deslocaram para o enfrentamento das novas dinâmicas do ensino superior, sobretudo diante da mercantilização e da crescente valorização da eficiência e da empregabilidade, refletidas na LDB de 1996. O Departamento de Filosofia precisou reinventar suas estratégias para justificar sua presença num cenário acadêmico cada vez mais orientado pela lógica do mercado, o que implicou repensar currículos, buscar a interdisciplinaridade e fortalecer programas de pós-graduação. Mesmo diante dessas transformações, o estudo indica que o Departamento manteve um compromisso consistente com a formação humanista e

crítica, características centrais da identidade filosófica no contexto universitário católico, o que contribuiu para sua sobrevivência e relevância.

Em suma, a pesquisa aponta para a importância de se compreender as instituições acadêmicas não apenas a partir das mudanças normativas e políticas, mas também como espaços de construção e resistência, nos quais projetos formativos e identitários se negociam permanentemente. A história do Departamento de Filosofia da PUC Minas oferece um exemplo concreto dessa dinâmica, mostrando que, mesmo inserido numa instituição confessional e num período marcado por autoritarismos e reformas educacionais, foi possível construir um campo de saber que dialoga com demandas contemporâneas sem perder suas raízes.

Por fim, o estudo abre caminho para investigações mais detalhadas sobre as práticas pedagógicas, os perfis dos docentes e as trajetórias dos estudantes, bem como sobre a produção filosófica desenvolvida nesse contexto. Essas dimensões, ainda pouco exploradas, podem revelar de forma mais precisa como a Filosofia nas universidades confessionais brasileiras tem contribuído para a formação crítica e para a cultura acadêmica, especialmente num cenário de transformações profundas no ensino superior.

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938. Estabelece normas sobre a organização universitária. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 maio 1938.

BRASIL. Decreto nº 11.120, de 4 de janeiro de 1943. Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1943.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CASALI, Alípio Márcio Dias. *Universidade Católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da Igreja*. 1989. 265 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo, 1989.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 47, Série
Relatório, Pasta 1, Datas-Limite 1904.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 40, Série
Parecer/Portaria, Pasta nº 1/2, Datas-Limite 1942a.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 40, Série
Parecer/Portaria, Pasta nº 1/2, Datas-Limite 1942b.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 47, Série
Relatório, Pasta 2, Datas-Limite 1943.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 1, Pasta 1,
Série Ata, Datas-Limite 1945.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 2, Pasta 3,
Série Ata, Datas-Limite 1946.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 1, Pasta 1,
Série Ata, Datas-Limite 1947.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 1, Pasta 1,
Série Ata, Datas-Limite 1949a.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 1, Pasta 1,
Série Ata, Datas-Limite 1949b.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 49, Série
Relatório, Pasta 1, Datas-Limite 1950a.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 49, Série
Relatório, Pasta 1, Datas-Limite 1950b.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 1, Pasta 1,
Série Ata, Datas-Limite 1951.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 2, Pasta 2,
Série Ata, Datas-Limite 1952.

CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. F.F.C.L.S.M., Caixa 2, Pasta 2,
Série Ata, Datas-Limite 1953.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

DIAS, Marcelo. *A educação superior no Brasil: políticas públicas e expansão universitária (1950–1964)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GOULART, Audemaro Taranto. Instituto de Ciências Humanas: um marco na história da PUC Minas. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, v. 21, n. 31, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/humanitas>. Acesso em: maio de 2025.

LUZ, Bruno Octávio de Oliveira. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria: das Irmãs do Santo Rosário à Universidade Católica de Minas Gerais (1942-1958). *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, v. 21, n. 31, p. 24-51, 2023.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920–1945)*. São Paulo: Difel, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: 1933–1974*. 8. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

OLIVEIRA, Itamar José de. *O sonho é possível - PUC Minas: 50 anos de uma caminhada*. Belo Horizonte: Libertas, 2009, 246p.

PUC Minas. Os 80 anos do ICH. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, n. 30, segundo semestre de 2024. Disponível em: <https://revista.pucminas.br/os-80-anos-do-ich/>. Acesso em: 16 maio 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

Recebido em: 20/05/2025

Aprovado em: 14/07/2025